

CÂMARA
MUNICIPAL DA LAPA - PR

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2024

Os Vereadores que a presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem perante este Douto Plenário apresentar o seguinte PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Súmula: Altera e revoga a Resolução nº 104, de 13 de maio de 2020 que dispõe sobre a transmissão das sessões da Câmara Municipal da Lapa pela internet em tempo real e dá outras providências.

Art. 1º – Art. 1º - Altera a redação do Artigo 4º e parágrafo único da resolução nº 100, de 03 de julho de 2019, o qual passará a ser disposto da seguinte forma:

“Art. 4º - Fica vedada a transmissão de que trata o artigo primeiro desta Resolução nos três meses que antecedem o dia do pleito eleitoral, retornando após a realização das eleições.

Parágrafo único – Esta vedação se aplica somente nos pleitos em âmbito municipal.”

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 104, de 13 de maio de 2020.

Poder Legislativo da Lapa, 18 de junho de 2024


MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS
Presidente

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Vice-Presidente


BRENDA FERRARI DA SILVA
1ª Secretária


MARCO ANTÔNIO BORTOLETTO
2º Secretário

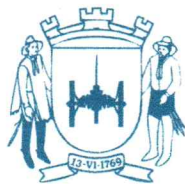
Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1163/2024
Data: 19/06/2024 - Horário: 09:56
Legislativo

Ao Juizado para
providências,
19/06/2024





JUSTIFICATIVA

Conforme consta da Resolução nº 104/2020, fica vedada a transmissão das Sessões Plenárias a partir da data de encerramento para a realização das convenções partidárias destinadas à escolha de candidatos, conforme dispuser a Lei Federal nº 9504/97, bem como a Justiça Eleitoral, retornando após a realização das eleições.

Sobre o tema, a citada legislação eleitoral diz em seu artigo 8º que:

Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a **5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições**, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação.

Desta forma, para dar atendimento à Resolução nº 104/2020, informa-se que, em tese, a última Sessão Ordinária a ser transmitida antes do período vedado pela norma municipal ira se dar na data de 30/07/2024, devendo retornar às transmissões somente após a realização do Pleito Eleitoral do corrente ano.

Contudo, a Resolução nº 23.738/2024, do Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece o calendário eleitoral para o ano de 2024, determina várias condutas das quais, algumas podem ser aplicadas por interpretação analógica às transmissões plenárias, conforme segue:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Eleitoral das Eleições 2024 de acordo com o Anexo I desta Resolução.

(...)

JULHO DE 2024

(...)

6 de julho - sábado

(3 meses antes do 1º turno)

(...)

3. Data a partir da qual, até a realização das eleições, são proibidas às agentes e aos agentes públicas(os), servidoras e servidores ou não **(Lei nº 9.504/1997, art. 73, VI)**:

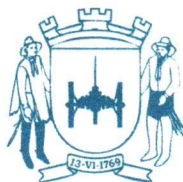
b) com exceção da propaganda de produtos e serviços com concorrência no mercado, **autorizar publicidade institucional de atos**, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da Administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e de funções de governo.

4. **Data a partir da qual as(os) agentes públicas(os) devem adotar as providências necessárias para que o conteúdo dos sítios, canais e outros meios de informação oficial exclua nomes, slogans, símbolos, expressões, imagens ou outros elementos que permitam identificar autoridades, governos ou administrações, cujos cargos estejam em disputa na campanha eleitoral, ainda que a divulgação tenha sido autorizada em momento anterior, assegurada a manutenção das informações necessárias para estrito**

✍

Roman



CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR

cumprimento, pelos responsáveis, do previsto no [art. 48-A da Lei Complementar nº 101/2000](#), nos [arts. 8º e 10 da Lei nº 12.527/2011](#) e no [§2º do art. 29 da Lei nº 14.129/2021](#).

Que, o calendário eleitoral elaborado pelo TSE tem seu fundamento na Lei 9504/97, que estabelece as normas para as eleições e, dentre elas destacam-se que:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas **tendentes a afetar a igualdade de oportunidades** entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

(...)

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, **autorizar publicidade institucional dos atos**, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

Embora as transmissões das Sessões se destinem à publicidade dos atos legislativos do Município, as exceções previstas no item 04 do calendário eleitoral diz respeito às publicidades exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei do Acesso a Informação.

Assim, não se quer dizer que, nos termos da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, não possa haver a transmissão das sessões até a data prevista na Resolução nº 104/2020, o que ocorre é que, ficará inviável às transmissões com a obrigatoriedade de se adotar as providências necessárias para que o conteúdo a ser transmitido exclua nomes, expressões, imagens ou outros elementos que permitam identificar autoridades cujos cargos estejam em disputa eleitoral, no caso, Vereador.

Esclarece-se que mesmo sem transmissão em tempo real, as reuniões deverão ser gravadas e disponibilizadas ao público após o término das eleições e, caso não queira esperar pela publicação do material, qualquer cidadão poderá solicitar acesso à gravação por meio de pedido de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12527/2011.

Eis as razões que nos levam a apresentar à consideração dos Nobres Edis, o presente Projeto de Resolução.

Poder Legislativo da Lapa, 18 de junho de 2024.


MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS
Presidente

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Vice-Presidente


BRENDA FERRARI DA SILVA
1ª Secretária


MARCO ANTÔNIO BORTOLETTO
2º Secretário